

O COMUNISMO IMAGINÁRIO. PRÁTICAS DISCURSIVAS DA IMPRENSA SOBRE O COMUNISMO¹

Bethania Sampaio Corrêa MARIANI

RESUMO *Esta pesquisa, filiada ao domínio teórico da escola francesa de Análise do Discurso, tem como objetivo específico de estudo a análise do funcionamento do discurso jornalístico-político que, no Rio de Janeiro, foi se constituindo sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde março de 1922, data de sua fundação, até 1989, ano da primeira eleição direta para presidente da República após o fim da ditadura militar. Duas hipóteses nortearam a abordagem desenvolvida: 1 - no modo como o PCB é falado pelo discurso jornalístico-político já se encontra uma interpretação, cuja determinação é dada, ideologicamente, por uma memória já constituída sobre o sujeito ocidental e sobre uma concepção de ética-moral dos direitos humanos; 2 - o discurso jornalístico institui o PCB no lugar do outro enquanto um Mal, i.e., um inimigo da sociedade brasileira.*

RÉSUMÉ *Cette recherche, liée à l'école française de l'analyse du discours, fait une étude du fonctionnement du discours journalistique-politique des journaux de Rio de Janeiro sur le Parti Communiste Brésilien. Notre hypothèse c'est que les journaux ont une foction importante dans la constitution de l'imaginaires qui met les communistes à la place des ennemis de la société brésilienne.*

Em 1988, enquanto finalizava minha dissertação de mestrado - *Imprensa de 1930 e memória histórica: uma questão para a Análise do Discurso* - ouvia 'desatentamente' o horário político oficial das campanhas eleitorais na televisão, além de acompanhar comícios e ler um ou dois jornais diários. Foi então que percebi nos discursos dos candidatos de direita paráfrases dos textos políticos produzidos em 30 sobre o PCB. Havia uma grande semelhança entre o modo de se falar sobre o Partido em 30 e o modo de Collor, por exemplo, atacar não somente o PCB, mas sobretudo as esquerdas em geral. Os comunistas e as esquerdas eram significados não apenas como adversários políticos, mas sobretudo como inimigos. Pareceu-me, de imediato, que os mesmos efeitos de sentidos, entreouvados em 64 e parte do objeto de análise enquanto memória

¹ Texto resultante da Tese de Doutorado com o mesmo título apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, em 05 de Dezembro de 1996, sob a orientação da Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi.

dos anos 30, haviam retornado na disputa eleitoral de 88. Ou será que esses processos de significação jamais haviam saído de cena?

No Colóquio *Histoire et Linguistique*, Pêcheux comenta um provérbio chinês que havia sido citado por Pierre Achard: “Quando se mostra a lua, o bobo olha o dedo”. E Pêcheux diz: “e por que não? Por que a Análise do Discurso não dirigiria seu olhar para os gestos de designação, para os procedimentos de montagem e as construções antes que para os *designata*?” (Pêcheux, *op.cit.*:266).

Meu trabalho está ancorado exatamente nesta perspectiva: compreender o processo de produção dos sentidos para o PCB presente no gesto de designação do discurso jornalístico *sobre* os comunistas. O objetivo geral da pesquisa é a análise do funcionamento do discurso jornalístico-político que, no Rio de Janeiro, foi se constituindo sobre o PCB desde março de 1922, data de sua fundação, até 1989, ano da primeira eleição direta para presidente da república após o fim da ditadura militar.

Propusemo-nos, portanto, a pensar discursivamente na prática jornalística para compreender os processos discursivos que se instauraram na produção de sentidos para os comunistas. Tal perspectiva, sobretudo no que se refere à questão da circulação e recepção, levou-nos inevitavelmente a indagar sobre as relações entre política e mídia, mais especificamente, entre o discurso político e o discurso jornalístico. Nesse sentido, tornou-se necessário caracterizar os discursos político, jornalístico e, também, nosso objeto preciso de estudo: o discurso jornalístico-político sobre o PCB.

Estas questões, por sua vez, nos levaram, no plano teórico-metodológico, a retomar a discussão sobre tipologia e funcionamento discursivos: considerando a relação de constituição mútua entre linguagem e história, e considerando que a produção de sentidos se realiza no incessante movimento da língua fluida², fizemos trabalhar uma noção de tipo que permitisse depreender elementos constantes de uma produção discursiva (no nível da ordem do discurso) sem perder de vista, ao mesmo tempo, “o movimento dos sentidos”?

Além desta discussão, duas reflexões nortearam a abordagem desenvolvida por esta análise. Uma diz respeito especificamente ao PCB. Trata-se da questão da alteridade. Ou seja, dada a concepção de sujeito constitutiva do imaginário ocidental³ e dado que a constituição da identidade do sujeito supõe a construção de uma figura do outro, sobretudo no que diz respeito às diferenças, foram estas nossas perguntas: quais as características desse ‘outro inimigo-fantasmático’? Qual sua diferença necessária para a constituição da identidade do sujeito ocidental? E, por fim, como hipótese central

² De acordo com Orlandi e Souza (1988) e Orlandi (1990), a língua fluida é aquela que não se deixa aprisionar por modelos analíticos. E é nela, do nosso ponto de vista, que se dá o movimento dos sentidos: sua “errância”, sua “vontade de unidade” e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, “o equívoco, o incompleto e o non sense” (Orlandi, 1992:12.)

³ Em palestra proferida (1994), I. Tucheran, retomando as reflexões de Badiou (1994 e 1995), discute a ética dos Direitos Humanos, fundada numa moral do Bem, da permanência, da estabilidade e da harmonia (com suas máximas jurídicas e religiosas: “Todos os homens são iguais...”, “Amai-vos uns aos outros...”), mostrando que esta ética, projetada imaginariamente como sendo de uma maioria, foi feita para e pelo homem branco, ocidental, macho, e, de preferência, europeu, urbano, proprietário e cristão (judeu/cristão).

investigada, como o PCB foi levado a ocupar um lugar do outro - como inimigo - na imprensa?

Por esse motivo, para analisar o processo de construção do PCB como *outro* remetemo-nos para a questão do processo de produção linguageira dos sentidos, das formas de sua circulação e da fixação de um sentido/memória.

Entendemos a dimensão do político como relacionada às práticas de constituição e organização do poder nas formações sociais, sendo que uma dessas práticas relaciona-se ao ato de ‘tomar a palavra’, cujo objetivo é legitimar, ou melhor, sedimentar certos sentidos e apagar outros. Assim sendo, não desvinculamos a política dos processos de produção de sentidos da prática política que pode “pelo discurso transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (Henry, 1990:24). Entendemos, em termos discursivos, que “a política seja uma luta pela estabilização ou pela desestabilização linguageira, em que não existem senão falsos armistícios sobre valores de língua” (Tournier, 1995:69). Estabilização ou desestabilização linguageira, do nosso ponto de vista, representa a polêmica de um espaço discursivo⁴ marcado pelos confrontos e antagonismos existentes entre as FDs. As correntes políticas hegemônicas, através da comemoração de datas e personalidades revolucionárias, etc., estão sempre mobilizando a memória social em seu próprio proveito, i.e., buscam confirmar suas posições ao mesmo tempo em que promovem a negação das idéias dos adversários. Através da reatualização ou apagamento de determinados acontecimentos, movimento histórico que se realiza também no confronto polêmico entre as FDs, vai sendo tecida a direção da trama dos sentidos políticos.

A mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e re-produção dos “consensos de significação” resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução. Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar/didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido ‘natural’ para a instabilidade do presente.⁵

⁴ Espaço discursivo polêmico é um conceito formulado por Maingueneau (1989:117) para designar o modo como duas ou mais formações discursivas se relacionam, tendo em vista a compreensão e a especificidade dos discursos que estão sendo analisados.

⁵ E essa característica do tempo tem a ver com um modelo de mídia que trabalha com atualidades, i.e., com aquilo que é do interesse geral. Mas como definir o que seria do interesse geral? Nas últimas décadas, por exemplo, a mídia vem tomando como de interesse geral a importância da ética sobre o político, fazendo, deste modo, uma desqualificação do político de uma forma geral e, em termos específicos, das políticas partidárias. Mas esta ética tem seu sentido fechado, como já vimos, pela moral judaico-cristã ocidental. Conforme Tucherman (1994), a mídia (em termos mundiais) vem promovendo um esvaziamento da possibilidade do político usando, para tanto, uma determinada concepção de Ética, noção esta vinculada ao imaginário do sujeito ocidental (cf. Badiou, 1995). No caso do comunismo, o discurso que vem sendo apresentado divulga que, se o comunismo não deu certo, somente a ética dos direitos humanos pode atuar como garantia de igualdade nas sociedades desiguais. Ora, ética aqui “é mais ou menos sinônimo de moralidade (...) A ética é o princípio de julgamento das práticas de um Sujeito, seja ele individual ou coletivo” (Badiou, *op. cit.*:16). Do nosso ponto de vista, o que a imprensa invoca, então, é um “dispositivo ideológico de ética”, compondo “uma vaga regulação sobre as situações históricas (ética dos direitos humanos) ...” (Badiou, *ib. ibid.*).

O discurso jornalístico de referência representa, então, um caminho tanto de difusão e disseminação dessas práticas discursivas de exercício do poder, como também atua na dissimulação dos modos como essas práticas se impõem, além de silenciar práticas divergentes ou antagônicas ao poder político dominante. Aliás, a própria prática jornalística resulta deste processo de 'tomar a palavra'. Perguntar, então, como o poder é exercido, disseminado e implantado é perguntar também por seus pontos de encontro, interseção e afastamento com o discurso jornalístico.

O discurso jornalístico contribui, desta forma, na produção de verdades locais, as quais, ligadas circularmente aos sistemas de poder (Foucault, 1984), vão sendo disseminadas como consensos sociais. Ou seja, a prática discursiva jornalística permite a institucionalização social de certos sentidos, remetendo 'ao que todo mundo sabe' (uma verdade local) e ao silenciamento de outros sentidos, resultado de uma política do silêncio (Orlandi, 1992). Discurso jornalístico, verdade, poder, efeitos de evidência e produção de sentidos estão, desse nosso ponto de vista, interligados. E essa 'interligação' resulta do solo material comum em que se realizam: a discursividade

A perspectiva teórica adotada é a da Análise do Discurso. E não podia ser outra. A AD é uma disciplina que incorpora o político em suas discussões. Tanto porque investiga as várias formas de exercício das práticas discursivas político-ideológicas (em termos das relações de forças que atuam numa sociedade), como em decorrência de sua função crítica que não minimiza (e não separa) a importância política do trabalho intelectual. Os trabalhos em AD nunca se escondem atrás de uma pretensa neutralidade científica: eles são um índice de mudança no campo das ciências sociais e humanas e, em seu conjunto, sobretudo no que se refere aos trabalhos desenvolvidos no Brasil, eles representam a resistência a um modo de produção do conhecimento e a uma concepção de história.

Fazer AD, em resumo, representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já-constituídos e dados como óbvios.

Em suma, para entender o processo de significação, não se trata mais de separar língua(gem), pensamento e realidade, tal como fazem as abordagens idealistas, nas quais se busca o que a linguagem representa (idéias?), refere (coisas? pessoas?) ou comunica (informações? intenções? convenções?). A AD resignifica, integra e opera com estes três elementos - linguagem, pensamento, realidade, fazendo intervir um outro fundamental: a memória do dizer (ou seja, o interdiscurso).

E mais, "os sentidos são relação a" (Canguilhem, 1994), "não brotam da língua". Seguindo este ponto de vista, não é possível conceber a linguagem como um sistema comunicativo que serviria apenas para designar ou informar o que 'existe', mas a existência das 'coisas' é resultado da sua constituição no âmbito da própria relação linguagem/história; os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe como tal porque faz sentido. Língua e história são processos inseparáveis.

Esta discussão filosófica é também uma discussão política: Pêcheux, em *La langue introuvable*, põe a nu a relação entre 'comunicação de informações' e a formação do Estado capitalista, afirmando: "É no espaço da modernidade capitalista, marcada pela lógica da administração (a língua de madeira do Estado) e pela 'língua de vento' da

propaganda, que a linguagem foi instituída como 'instrumento de comunicação'... encobrendo pela noção higiênica de informação o fato de que quem se comunica *relève d'une folie d'État*: a era *des communiqués*, é ao mesmo tempo aquela da comunicação das ordens e aquela dos delírios comunicativos."⁶

A AD trabalha analisando os espaços organizados entre um dizer já-dito, com sentidos já legitimados antes e em algum lugar, e a possibilidade que nesse mesmo dizer também pode abrir-se para a ruptura, e para outros sentidos. A AD considera, no movimento dos sentidos, a relação de forças entre o 'um' e o 'múltiplo', entre o mesmo e o diferente, e o fato de que também na repetição pode haver diferença.

Em outras palavras, não basta apontar o sentido hegemônico, é necessário, do ponto de vista discursivo, considerar a relação de forças que permitiu sua hegemonia; filiar este sentido a outros com os quais ele pode ser relacionado; compreender como ele se tornou 'objeto' para o pensamento; mapear os gestos de resistência, sinalizando os resíduos existentes; e por fim, compreender como e porquê aquele sentido 'colou' e os demais não, i.e., que condições foram necessárias para ele fazer sentido na história daquela formação ou grupo social.

Uma análise desta natureza busca entrever os processos discursivos atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, dos processos discursivos que contribuem para a tessitura e homogeneização da memória histórica oficial de uma formação ou grupo social.

Um trabalho da memória, na direção de neutralizar o heterogêneo (seu aspecto coercitivo), naturalizando as relações sócio-históricas e literalizando os sentidos (seu funcionamento ideológico) com a manutenção de um universo lógico de enunciados (coesos e coerentes) vai ao encontro do imaginário do modo de existência do sujeito pragmático e sua "necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um 'mundo semanticamente' normal, isto é, normatizado (...)" (Pêcheux, 1990:34).

A memória discursiva é, portanto, constituída por faltas e lacunas, ela é não-linear. Pêcheux (*idem*) diz: a memória "é um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos."

A memória é não-linear, lacunar, mas seu efeito é apresentar sentidos que se querem unívocos e estabilizados no fio do discurso.

Nesta pesquisa, interessou-nos compreender os processos de apagamento, os efeitos de evidência do já-lá que organizam a rede de filiações dos sentidos em sua aparência linear, estável e homogênea.

A ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites, marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação (ou melhor, com a verdade-da-informação), está relacionada por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de constituição. Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria instituição da

⁶ Esta discussão sobre a ideologia da noção de comunicação como informação retorna, no corpo da tese, em vários momentos, sobretudo quando discutirmos as condições históricas de constituição tipológica institucional do discurso jornalístico.

imprensa agindo na produção das notícias. Memória que atua como um ‘filtro’ na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado.

Demonstramos, com nosso trabalho que, no período em que ocorre a legitimação da imprensa como instituição - conforme as características mencionadas - é também o momento em que se está formalizando tanto uma imagem do sujeito jurídico ocidental, que conquistou seus direitos, e é dotado de vontades e responsabilidades, quanto está firmando concepção predominante de linguagem verbal como instrumento de comunicação.

No caso do PCB, defendemos o ponto de vista de que o partido, desde sua fundação, é falado por uma memória jornalística⁷, cujo processo de formação não é indiferente nem ao sistema jurídico que a constitui, nem ao processo de constituição do sujeito ocidental. E é isto que permite produzir uma certa direção de sentidos para o PCB. Em outras palavras, do nosso ponto de vista, o modo como o discurso jornalístico significa o PCB, i.e., a natureza das relações simbólicas que estão associadas e são evocadas para os comunistas tem a ver com uma memória já existente sobre o sujeito ocidental e sobre uma concepção de ética-moral dos direitos humanos.

E é assim que, no modo como o PCB é falado pelo discurso jornalístico-político, já se encontra uma interpretação específica - enquanto direção para o sentido que se produz - cuja determinação é dada, ideologicamente, pela visão de sujeito ocidental constitutiva da imprensa como instituição. Ao mesmo tempo, pode-se acrescentar a este viés o imaginário que a imprensa, sobretudo a partir do século XIX, construiu sobre si mesma como ‘meio de comunicação neutro’ com base numa concepção de linguagem como comunicação.

Neste trabalho, tendo em vista a força das ressonâncias interdiscursivas (Serrani, 1993) que, impedindo a reconfiguração dos processos de significação, impõem um mesmo sentido no discurso jornalístico-político *sobre* os comunistas, buscamos empreender vertentes de leitura que nos permitissem compreender a natureza dos rituais enunciativos em jogo. Assim sendo, procedemos da seguinte maneira:

1º- Fizemos um levantamento o mais exaustivo possível das notícias políticas *sobre* o PCB, publicadas nos principais jornais que circularam no Rio de Janeiro em diferentes fases históricas compreendidas entre 1922 e 1989. Este levantamento, realizado a partir do trabalho com arquivos já existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, corresponde à construção do *corpus* complexo⁸.

2º- Paralelamente a este levantamento inicial do *corpus* complexo sobre o PCB, elaboramos três outros, cujos campos de notícias concorreram na produção dos sentidos sobre o partido. Observamos, portanto, o noticiário sobre o período do anarquismo, o

⁷ É de Orlandi (1994) que tomamos emprestada esta construção “ser falado (escrito) por uma memória outra”.

⁸ Do ponto de vista da AD, o processo de análise já se inicia no gesto de construção do *corpus* da pesquisa. A constituição de nosso *corpus*, que partiu da leitura de arquivos, é compatível com o que Courtine (1981:26) chama de *corpus* complexo: “...Por *corpus* de dimensão complexa, entendemos (...) por exemplo *corpus* constituídos a partir de seqüências discursivas produzidas ao mesmo tempo em sincronia e em diacronia”.

que trata do comunismo em outros países e, também, aquele referente aos outros partidos de esquerda.

3º- Com a finalidade de constituir o *corpus* específico de análise, iniciamos, em seguida, o trabalho de recorte⁹ de fragmentos textuais. Passamos, então, à etapa em que construímos nosso arquivo, composto por um conjunto de seqüências discursivas (sd) recortadas deste corpo preliminar de textos. Devemos destacar, aqui, que nosso arquivo é constituído por quatro *corpora*: a análise propriamente dita incidiu no corpo de notícias sobre o PCB, no entanto, três outros *corpora*, relacionados aos três levantamentos mencionados acima, foram construídos em paralelo, sendo mobilizados sempre que necessário. Nessa primeira abordagem, não partimos de datas ou enunciadores específicos, mas chegamos a eles enquanto pontos de estabilização de um processo, “cujo desenvolvimento contraditório não conhece nem sujeito, nem origem, nem fim”(Courtine, *op. cit.*:56). Dessa forma, embora a historiografia oficial e a história do Partido tenham direcionado a abordagem inicial do *corpus*, nem uma nem outra direcionaram o processo de análise em si, apesar de ambas terem sido ‘importadas’ para nosso trabalho e reconfiguradas discursivamente sempre que era necessário evidenciar a memória discursiva em curso. Em um segundo momento, em termos estritos de apresentação da análise e para compreender o processo discursivo que instaurou e manteve a negatividade em torno do comunismo - i.e., constituindo-o como o ‘outro’ necessário à configuração do ‘mesmo’ - dividimos o *corpus* discursivo em três largas faixas temporais. A primeira corresponde à década de vinte, incluindo o ano de 1930, a segunda vai dos anos trinta até o final da década de setenta e, por fim, o período que engloba os anos oitenta. Esclarecemos de imediato que chegamos a esta segunda divisão buscando na própria materialidade da língua o movimento de produção de sentidos *sobre* os comunistas. Por este motivo, mesclamos eventos históricos diversos, tais como, com relação à primeira faixa, greves anarquistas, a revolução russa, a fundação do PCB e a chamada revolução de trinta; no que se refere à segunda faixa, o movimento comunista de 1935, a clandestinidade do PCB vs a legalidade entre 1945 e 1948, a guerra fria, e o período inicial da ditadura brasileira; no último período, encontra-se a o golpe de 64, a ditadura militar, a volta à legalidade do PCB, a queda do muro de Berlim e as primeiras eleições presidenciais no Brasil, após a ditadura militar.

4º- Nas seqüências discursivas, foram descritas e analisadas as seguintes marcas lingüísticas específicas, considerando-se, quando necessário, a co-discursividade e a co-textualidade¹⁰ envolvidas: as denominações, os enunciados definitórios e o discurso

⁹ Valemo-nos da noção de recorte formulada por Orlandi (1984:14): “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. (...) Pretendemos que a idéia de recorte remeta à polissemia e não à de informação.”

¹⁰ Collinot (1992) distingue co-textualidade - “um feixe de enunciados, dispersos em diferentes lugares de produção”, de co-discursividade, ou seja, a reunião de enunciados e fragmentos de enunciados “co-ocorrentes em um mesmo espaço discursivo”. O que se considera em um e outro caso é tanto o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (as relações entre o que um jornal diz agora, com o que ele pode dizer depois e já disse antes) quanto do discurso com relação a outros discursos (do mesmo jornal ou de jornais diferentes). É, portanto, o fenômeno da co-referência, envolvendo os mecanismos de substituição e paráfrase, que estarão sendo observados em termos do fio ou trama do(s) discurso(s) jornalístico(s) *sobre* os

relatado. Para além de tais marcas, analisamos também dois aspectos específicos da prática discursiva jornalística: as matérias assinadas e as narrativas presentes nas reportagens. As análises permitiram que formulássemos teoricamente dois pontos importantes para a AD: a construção discursiva da referência e a narratividade.

Como não se tem o discursivo sem se ter concomitantemente materialidade lingüística constituída por processo histórico, devemos assinalar sobre a construção discursiva do 'referente' que, em termos discursivos, "se trata de *um objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física" (Pêcheux, 1990:83). Ou ainda, e mais especificamente, conforme Pêcheux & Fuchs acrescentaram ao fazer a atualização da AD: "os referentes não são invariantes primeiros, mas pontos de estabilização de processos" (1990:227), cuja natureza é ideológica. E sendo assim, como afirma Henry: "a referencialidade é um efeito de sentido."(1990:52).

A denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos 'referentes', tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, "os pontos de estabilização de processos" resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo. Entendemos, nesta perspectiva, que o denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, relembando mais uma vez, consiste na relação entre o lingüístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade.

Nas denominações se depreende o encontro da língua com a ideologia: ao se nomear os comunistas como *inimigos da pátria* e/ou *maus brasileiros* - no quadro da disjunção Bem vs. Mal, característica dos direitos (de alguns) humanos - apaga-se simultânea e necessariamente uma outra concepção de sujeito, de sociedade, de cidadania e de política. No vocabulário político brasileiro, colocado em circulação na enunciação jornalística, a denominação *comunismo/comunista* instaura uma ilusória estabilidade de sentidos e uma não menos ilusória literalidade. A estabilidade referencial, instituinte discursivamente o *comunismo* no lugar do inimigo, silenciou possibilidade de outros sentidos; apagou, enfim, a possibilidade da discussão política no discurso jornalístico. "A política do sentido está, assim, na língua, a partir da constituição de sentidos da enunciação" (Guimarães, 1995).

O comunismo é o outro, a diferença necessária para a constituição do mesmo (Vernant, 1991). Ao comunista está associado o estrangeiro, o comunista russo, (e, mais recentemente, o chinês e o cubano) ou melhor, a revolução russa e a barbárie com que foi descrita. A luta contra o comunismo no Brasil é também a luta pela construção dos sentidos de brasilidade, sobretudo no início do século, quando a república recém conquistada ainda estava se firmando. Depreende-se neste período o processo de produção do discurso fundador (Orlandi, 1993b) de enunciados do tipo *um comunista é um inimigo*. O comunista é, assim, o sentido impossível de ser formulado na Formação

comunistas. Lembremos, aqui, que "a co-referência designa o efeito de conjunto pelo qual a identidade estável dos 'referentes' - daquilo que está em questão - se encontra garantida no fio do discurso" (Pêcheux, 1988:183).

Discursiva Brasileira. Ao mesmo tempo, quanto mais negado, mais se torna possível afirmar positivamente a brasilidade na forma de seus diferentes mitos constantemente invocados pela imprensa: *a cordialidade, a índole dócil, a religiosidade cristã, o apego à moral e aos bons costumes, a defesa da propriedade e da família, etc.* Definir o outro-comunista (quer genérico, quer localizado ‘concretamente’ nos russos, quer ‘infiltrado’ no Brasil) através da posição do ‘eu mesmo brasileiro’ possibilita, então, a reafirmação da identidade nacional.

A disjunção Bem vs. Mal sustenta em dois campos antagônicos os sentidos possíveis (nos dizeres de Pêcheux (1981) “o bom sentido, o sentido comum, o bom senso”) daqueles sentidos que, na história, não fazem sentido justamente porque, instaurando um equívoco, uma resistência, uma ruptura ou uma transformação, rompem com a lógica linear da narratividade. E o que não faz sentido na história constitutiva desta disjunção Bem vs. Mal é o que pode tirar a estabilidade do campo do Mesmo.

Chamamos de narratividade o processo que atua junto à memória discursiva, engendrando na memória a ilusão da completude. A narratividade é o que permite a recomposição interna dos discursos em função das variações e mudanças históricas. Ela funciona como um fio (‘invisível’) que tece e conduz nos jornais as ressonâncias interdiscursivas (Serrani, 1993), impedindo ou redirecionando o deslizar do significantes.

Sempre com a tentativa de organizar logicamente a semântica dos mundos ditos normais (Pêcheux, 1990b), através da narratividade se exercem os mecanismos de poder, os quais vão distribuindo os dizeres possíveis e silenciando os demais. A narratividade possibilita a reorganização imaginária do movimento histórico, é o que permite que fatos antes ‘descartados’ passem a fazer sentido para a história. A narratividade, enfim, é o efeito que permite o contar uma história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, com encadeamento de causas e conseqüências, com personagens e cenários explicativos.

Na descrição do processo de narratividade é possível depreender o efeito ilusório de uma linearidade engendrada no discurso jornalístico *sobre* os comunistas. O que está apagado neste processo, além do próprio discurso comunista, é a multiplicidade de discursos *sobre* o comunismo. Tudo se passa como se só houvesse uma direção para os sentidos produzidos, embora, como foi possível observar ao longo da análise, principalmente nos anos 20 e nos anos 80, eram vários os gestos interpretativos.

Concluindo, desconstruímos pela análise do funcionamento do discurso jornalístico o esforço político de produzir **um** sentido, assegurando **uma** identidade, marcada pela adesão ao discurso do Mesmo. Esforço esse em que se encontra a tentativa de organizar o movimento dos sentidos ou, em outras palavras, resultado do trabalho da memória discursiva apagando as contradições e produzindo para os comunistas uma única imagem - *um comunista é um inimigo*. Da análise feita foi possível abstrair o processo de produção de sentidos que, apagando as diferenças, instituiu o comunismo nesse lugar do inimigo necessário à afirmação de identidade da Formação Discursiva Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- BADIOU, Alain. (1994) *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. (1995) *Ética; um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- COLLINOT, André. (1992) Les fils du discours; une interrogation sur la thématization. In: *Les carnets du Cediscor*. 1, 109-120.
- _____. (1993) Une autre lecture du *dictionnaire de l'académie* (1694): valeur du préconstruit en analyse du discours. In: Lang, Peter (org.). *Parcours Linguistiques de discours spécialisées*. s/ed., 327-335.
- COURTINE, Jean-Jacques. (1981) Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). *Langages*, 62. Paris: Larousse, juin.
- FOUCAULT, Michel. (1984) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. (1988) *Revolução de 30 e memória histórica; uma questão para a Análise do Discurso*. Dissertação de Mestrado, IEL, UNICAMP.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1989) **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes & UNICAMP.
- _____. (1984) Segmentar ou recortar. In: **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba, 9-27.
- ORLANDI, E. P. (1990) **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez & UNICAMP.
- _____. (1992) **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP.
- _____. (1993a) O discurso dos naturalistas. In: *Revista de cultura Vozes*. Rio de Janeiro: Vozes, nº 1, 62-76.
- _____. (1993b) Vão surgindo os sentidos. In: Orlandi, E. P. (org.) **Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 11-26.
- ORLANDI, E. P. & SOUZA, Tania C. C. (1988b) A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 27-41.
- PÊCHEUX, Michel. (1990a) Análise automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP,; 61-163.
- _____. (1990b) **O discurso; estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes.
- _____. (1988) **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP.
- _____. (1983) Rôle de la mémoire. In: **Histoire et linguistique**. Paris: Éditions de la Maison des Siences de L'Homme, 261-267.
- PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise. (1981) **La langue introuvable**. Paris: Maspero.
- SERRANI, Silvana M. (1993) **A linguagem na pesquisa sócio-cultural**. Campinas: UNICAMP.